

Prova Testemunhal

2013

Luís Filipe Pires de Sousa

Juiz de Direito

PROVA TESTEMUNHAL

AUTOR

LUÍS FILIPE PIRES DE SOUSA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nº 76 a 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PENTAEDRO, LDA.

Agosto, 2013

DEPÓSITO LEGAL

363278/13

Os dados e opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

SOUSA, Luís Filipe Pires de

Prova testemunhal. – (Monografias)

ISBN 978-972-40-5249-6

CDU 347

ÍNDICE

PARTE I

PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO

NOÇÕES GERAIS 9

1. A memória	9
2. Memória semântica e episódica	12
3. As três fases da memória	17
4. Fatores bio-psico-sociais que influenciam o testemunho	18
4.1. Expetativas e estereótipos	18
4.2. Atenção e processamento da informação relevante	20
4.3. Presença de stresse e trauma no evento	23
4.4. O intervalo de retenção	33
4.4.1. O esquecimento	33
4.4.2. A informação pós-evento	36
4.4.3. Outras características do intervalo de retenção	42
5. Memória das crianças	43
5.1. Sugestionabilidade das crianças	47
5.2. Denúncias de abuso sexual de menores	53
6. O interrogatório da testemunha	60
6.1. O formato da recuperação	60
6.2. As regras para evitar equívocos	64
6.3. As perguntas sugestivas	67
6.4. Os efeitos de interrogatórios repetidos	73
6.5. A entrevista cognitiva	76
6.6. O interrogatório de crianças	82
6.6.1. A <i>step-wise interview</i> (entrevista passo-a-passo)	88

7. A deteção da mentira	89
7.1. Deteção da mentira pelo comportamento não verbal	89
7.1.2. Estereótipos sobre a mentira	90
7.1.3. Os processos cognitivos e emocionais do mentiroso	94
7.1.3.1. Teoria do processo emocional	94
7.1.3.2. A teoria da complexidade de conteúdo	97
7.1.3.3. A teoria da tentativa de controlo	98
7.1.3.4. A perspectiva da autoapresentação	99
7.1.3.5. Teoria do engano interpessoal	101
7.2. Os indicadores paraverbais	102
7.3. Os estilos linguísticos do mentiroso	104
7.4. Síntese dos indicadores objetivos da mentira	108
8. Sistemas de avaliação do conteúdo da declaração	115
8.1. <i>Statement Validity Assessment</i> (Avaliação da Validade do Depoimento)	115
8.2. A teoria do controlo da realidade (<i>Reality Monitoring</i>)	131
8.3. O sistema da avaliação global	134
8.4. O <i>Assessment Criteria Indicative of Deception</i> (ACID)	136
9. Hierarquia dos canais na deteção da mentira	140
10. Estratégias para aperfeiçoar a deteção da mentira	144
10.1. Evitar os indicadores errados e centrar-se nos genuínos indicadores verbais e não verbais da mentira	144
10.2. Evitar o emprego apenas de indicadores não verbais	145
10.3. Não confiar na heurística e recorrer a múltiplos indicadores de forma flexível	145
10.4. Considerar as diferenças interpessoais e intrapessoais e atentar nas divergências de reação do declarante veraz em situações similares	146
10.5. Explorar os diferentes processos mentais dos mentirosos e dos não mentirosos	147
10.5.1. Entrevista que privilegie a recolha de informação	148
10.5.2. Formulação de perguntas inesperadas	149
10.5.3. Formulação de perguntas temporais	150
10.5.4. O uso estratégico da prova	150
10.5.5. Técnica do “advogado do diabo”	152
10.5.6. Contar a história ao contrário e mantendo contacto visual com o entrevistador	153
11. As heurísticas	154
11.1. A heurística da confiança	162
12. Outros vieses cognitivos das decisões judiciais	169

PARTE II

A TESTEMUNHA NO PROCESSO	173
1. A testemunha	173
2. O perito	175
3. O depoimento indireto	177
3.1. O depoimento indireto no processo penal	180
3.2. O depoimento indireto no processo civil	192
4. Limitações legais ao uso da prova testemunhal no processo civil	199
4.1. Inadmissibilidade da prova testemunhal e por presunções (Artigo 393º do Código Civil)	199
4.1.1. A admissão	204
4.1.2. O documento particular	205
4.1.3. O documento autêntico	207
4.1.4. Atestado da Junta de Freguesia	211
4.1.5. A confissão	213
4.2. Convenções contra o conteúdo de documentos (<i>contra scripturam</i>) ou para além dele (<i>praeter scripturam</i>)	217
4.3. Prova da simulação	223
5. O sigilo profissional	234
5.1. O sigilo bancário	247
5.2. O sigilo profissional do advogado	252
6. Incidentes de inquirição da testemunha	262
6.1. A impugnação da testemunha	262
6.2. O incidente de contradita	268
6.3. O incidente de acareação	270
7. Inquirição oficiosa da testemunha	272
8. Valor extraprocessual da prova testemunhal	276
9. A valoração do testemunho	282
9.1. A teoria das decisões perigosas	282
10. Construção de um modelo de valoração da prova testemunhal	284
10.1. A fidelidade do processo mnésico	286
10.2. A imparcialidade da testemunha	289
10.2.1. A amplificação do testemunho e a uniformidade	297
10.3. A forma da prestação do depoimento	298
10.4. O conteúdo do depoimento	308
11. Fundamentação da decisão de facto e prova testemunhal	319
11.1. As máximas da experiência	330
11.1.1. Conceito	330
11.1.2. Tipologia das máximas da experiência	334

11.1.3. Funções das máximas da experiência	337
11.1.4. Regime das máximas da experiência	339
11.1.5. Limites à utilização das máximas da experiência	340
12. Colisão da prova testemunhal com outros meios de prova	345
12.1. Colisão da prova testemunhal com a prova pericial	347
12.2. Colisão da prova testemunhal com a prova por inspeção	361
12.3. Colisão da prova testemunhal com as presunções judiciais	361
12.4. Colisão da prova testemunhal com as declarações de parte	362
13. A valoração da prova segundo a probabilidade lógica	366
14. O <i>standard</i> de prova no processo civil	373
15. Princípio da imediação e reapreciação da prova testemunhal na segunda instância	384
16. O crime de falso testemunho	397
Bibliografia	413